

## **O GÉNERO DA RECESSÃO: QUANDO OS MODELOS DE GESTÃO E AS POLÍTICAS ECONÓMICAS NEOLIBERAIS DEFINEM AS POSIÇÕES-DE-SUJEITO DAS MULHERES**

**Juliana Souza**

---

### **RESUMO**

Este artigo visa problematizar como a não inclusão de políticas públicas que contemplem as relações de género, no Portugal da crise financeira atual, pode determinar a gravidade dos impactos não só da contração económica, mas também de toda uma dinâmica social para as mulheres – e para outros grupos ditos minoritários. Nesta senda, buscar-se-á também compreender como essa estrutura económica neoliberal, genderizada e patriarcal em sua essência, tem afetado, consideravelmente, as mulheres. Assim, a economia intervencionada em Portugal, ao definir os seus agentes decisivos no tecido económico, não coloca as mulheres como sujeitos no centro das decisões sociais e das prioridades económicas.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Crise económica; relações de género; estudos das mulheres

---

### **INTRODUÇÃO**

Depois de pouco mais de quatro anos de experimento austeritário no país, com a intervenção do Fundo Monetário Internacional e no que culminaria na implementação de um programa de ajustamento estrutural, a realidade dos fatos parece não indicar, pelo menos em curto prazo, uma mudança paradigmática deste novo modelo económico em Portugal. Contrariamente às evidências sustentadas pelo discurso institucional, o panorama de “austeridade expansionista” é complexo e sem desfecho previsível, já que a contração económica do país, agravada pelas políticas de reajuste fiscal, alterou toda uma realidade social, especialmente em setores económicos onde as mulheres estão inseridas.

Nestes termos, os modelos de desenvolvimento de regimes de género acabam por refletir os processos de exclusão e de integração das mulheres na economia produtiva, nos modelos institucionais de gestão do mercado de trabalho, bem como na evolução no seio familiar, no sistema previdenciário e de proteção social e, nomeadamente, nas relações sociais de género. Quando se trata de uma altura de clivagem económica, como esta a que se assiste em Portugal, tais modelos, quando associados à uma lógica liberal de gestão da economia na qual o Estado social e a austeridade fragilizam os direitos sociais — nomeadamente em países de pouca tradição de diálogo social em torno da organização do trabalho —, interferem sobremaneira nas relações de género e contribuem na definição das posições-de-sujeito na sociedade.

Vários fatores podem explicar tal assimetria de género na organização económica das sociedades capitalistas. Um prende-se à histórica dicotomia em que as relações

sociais de produção e de reprodução fazem equivaler produção à masculinidade e reprodução à feminilidade. Esta lógica patriarcal de dominação/subjugação, importa referir, em que as desigualdades políticas e económicas vividas pelo sexo feminino reafirmam padrões de constituição de feminilidade e também de masculinidade (Reinharz, 1992, p. 147), sedimentam a construção social da diferença, na qual as mulheres saem em nítida desvantagem. Outro deve-se à exclusão de modelos de gestão baseados em serviços e em políticas públicas que contemplem as relações de género. A não incorporação desses modelos pode determinar a gravidade dos impactos não só de uma contração económica, mas também de toda uma dinâmica social, como, por exemplo, nas relações de trabalho.

Em consequência dessas relações assimétricas, as iniquidades económico-sociais e as atuais dinâmicas laborais, agravadas com a crise financeira, se fazem sentir em várias frentes: na força de trabalho, precarizando as relações e os vínculos laborais das trabalhadoras; na segregação sexual de diversos setores da estrutura laboral portuguesa — também em decorrência da histórica desigualdade de género no *status* do trabalho; no desemprego, que passou a ser de longa duração; no aumento da incidência da pobreza; no crescimento significativo do trabalho não-remunerado, em parte decorrente dos cortes das transferências sociais do Estado, etc. Tais iniquidades colocam também em causa a independência económica e simbólica das mulheres (Casaca, 2012; Fraser, 2009), bem como a sua representatividade democrática na vida pública e a sua representação enquanto força produtiva.

Nestes termos, o regime de capitalismo neoliberal, acentuado com a erupção do colapso do sistema financeiro global em 2008, tem intensificado as normas e os papéis pré-existentes e polarizados de género (Negra & Tasker, 2014) e contribuído para um retrocesso tanto nas políticas como no percurso de modernização das relações de igualdade de género, inclusivamente na construção das instituições sociais.

Ao se repensar o género enquanto um fazer socialmente construído, a estrutura macroeconómica de um país, parte deste mesmo processo de constituição social, contribui para a determinação das posições-de-sujeito nas mais diversas economias ao definir os seus agentes decisivos no tecido económico. São estruturas de poder que subjazem às representações de género na sociedade contemporânea, como a própria configuração e divisão do trabalho e das transferências sociais, onde ainda se verificam assimetrias — a segregação e a vulnerabilidade social das mulheres são exemplos a serem assinalados.

Em convergência com as mais recentes análises assentes na tríade género, recessão e austeridade, lanço-me para a hipótese de o impacto da recessão financeira variar de acordo com as interações entre as relações de género, as instituições e os mecanismos de ajustamento escolhidos, com foco especial para uma economia em recessão como a portuguesa. Isso significa dizer que a exclusão ou a incorporação de modelos de gestão baseados em políticas públicas que contemplem as relações de género pode determinar a gravidade dos impactos não só de uma contração económica, mas também de toda uma dinâmica social (Rubery, 2014). Assim, o contributo do artigo é o de identificar como as diferenças de género na arquitetura económica portuguesa se acentuam numa

altura de profunda recessão económica como esta com que se confronta atualmente. Para tanto, procurei observar e analisar o impacto do tripé neoliberal de “privatização, flexibilização e austeridade” (Abreu et al., 2013) no quotidiano das mulheres.

Em particular, esta análise permite também perceber como a “linguagem da crise”, apropriada pelos veículos de comunicação social, pode ser observada e interpretada como um fenómeno social que envolve, no seu *modus operandi*, tanto as estruturas de controlo/poder como as lógicas identitárias de uma sociedade de consumo patriarcal. Este exercício, por sua vez, contribui para a identificação e a análise do possível impacto que exercem as divisões e os estereótipos de género sobre a forma de ver as mulheres na sociedade portuguesa regida, atualmente, pelo mercado financeiro.

A intuição que me serviu de ponto de partida foi a de que a compreensão das relações de género na atual conjuntura de crise não deixaria de implicar uma intensa experiência quotidiana: a estrutura económica neoliberal é genderizada e patriarcal em suas raízes (Muñoz & Madroño, 2011).

## 1. DA DILUIÇÃO DO ESTADO SOCIAL À PRECARIIDADE DAS RELAÇÕES LABORAIS

De acordo com o que se tem observado no contexto português, as crises ocorridas ao longo das últimas quatro décadas consolidariam inúmeras fronteiras económico-sociais, sobretudo no tecido laboral. Neste segmento em especial, sedimentou-se uma segregação ocupacional de género com nítida desvantagem para as mulheres. Tal realidade é em parte decorrente de um histórico processo de naturalização de subordinação das posições das mulheres na sociedade. Esta posição secundária tanto estará relacionada com “a divisão entre mulheres e homens no mercado” (Madroño & Muñoz, 2011, p. 116) como com as responsabilidades assumidas com o trabalho doméstico e com os cuidados não-remunerados por ambos os sexos.

O mercado de trabalho português, tanto na sua estrutura como na sua dinâmica, representa um importante indicador de como as relações de género estão configuradas na atual economia. Com a contração económica, agravada pela obrigatoriedade do cumprimento dos critérios estabelecidos no Memorando de Entendimento acordado com a *Troika*, assinalo alguns dos principais impactos no quotidiano das mulheres em Portugal: a expansão da economia informal feminina e de formas mais precárias de emprego (Ferreira, 2014); a maior fragilização dos vínculos contratuais, a insegurança de emprego, o trabalho a tempo parcial involuntário, o desemprego e o desemprego de muito longa duração (Casaca, 2012, p. 2); a estagnação profissional, a deterioração do mercado de trabalho feminino (Ferreira, 2014); a perda ou redução das transferências sociais e o risco de pobreza. Neste quadro, o desemprego feminino e o risco de pobreza configuram-se como os maiores flagelos sociais para as mulheres, sobretudo porque elas estão inseridas numa arquitetura macroeconómica profundamente genderizada. Tais assimetrias de género inerentes ao modelo patriarcal impossibilitam que as mulheres ocupem espaços e desempenhem funções simétricas em relação ao sexo oposto, tanto num momento de contração como de expansão/recuperação da economia.

Ao discutirmos as crises económicas e o impacto que recai sobre a força de trabalho feminina, é preciso ter em conta que a economia, particularmente nestes momentos de clivagens político-económicas, ancora-se numa particular fluidez dos vínculos de contratação da mão-de-obra. Deste modo, somado aos cortes nas despesas sociais, a liberalização do mercado e a posterior flexibilização das relações laborais (Casaca, 2012; Muñoz & Madroño, 2011) permitiram às empresas atuar em conformidade com a demanda do mercado e, assim, empregar conforme os recursos e a flexibilidade disponível (Rubery, 2014).

Baseando-se na análise que as teorias feministas marxistas fazem das lutas de classe, Lina Muñoz e Paula Madroño (2011, p. 117) procuram demonstrar que, devido sobretudo à fluidez do mercado e dos vínculos laborais que daqui se desdobram, as mulheres constituem uma reserva potencial de trabalho disponível a qualquer momento, sendo mobilizadas consoante a demanda do mercado de trabalho. Ou seja: contratadas em épocas de crescimento e despedidas durante uma recessão — em grande parte devido à *flexibilidade danosa*<sup>1</sup> de que fala Sara Falcão Casaca (2012, p. 41). Neste contexto, sempre coube às mulheres o papel de “exército de reserva” no funcionamento da economia de mercado<sup>2</sup>.

Em Portugal, como realça Casaca, tal “estratégia assume particular relevância no tecido empresarial português, onde predominam estratégias de competitividade fundamentalmente orientadas para a redução de custos” (2012, p. 40), resultando, por sua vez, no aumento de formas flexíveis de emprego. Com a retração do Estado cada vez mais evidente, sobretudo por meio de um nível reduzido de proteção e de transferências sociais, modalidades laborais mais flexíveis tornaram-se regra no mercado.

Apenas a título de complementação, sobre as transferências sociais, importa considerar que os níveis de bem-estar e de proteção social continuam a representar uma efetiva via de integração social das mulheres, tanto no mercado de trabalho como no espaço público. Com a retração do Estado e os subsequentes cortes nos apoios sociais, a marginalização sócio-laboral das mulheres sedimenta-se, comprometendo sistematicamente, neste ciclo, a sua autonomia económica, financeira e política (Karamessini & Rubery, 2014; Muñoz & Madroño, 2011). Como se vê documentado no *Relatório da Campanha Feminista Anti-Austeritária* (RCFAA), de 2013<sup>3</sup>:

os cortes nas despesas sociais do Estado pressupõem o incremento do trabalho doméstico e do cuidar não-remunerados, em geral, a cargo das mulheres [...] esta insuficiência de recursos traduz-se na falta de poder que

<sup>1</sup> A perspetiva neoliberal da flexibilização das economias enquanto solução para as dificuldades de competitividade das empresas e do próprio Estado, com a proposta de dinamizar a economia como um todo, segue o que Sara Casaca chama de *flexibilidade danosa*, prática que se apoia em baixos custos salariais, no emprego precário, instável e inseguro no seio das relações laborais. No caso concreto de Portugal, a tendência para a aplicação desta modalidade de flexibilidade, a danosa, tem vindo a se acentuar, visto que o país, num processo de “austeridade expansionista” (Abreu et al, 2013), vem adotando políticas de forte contenção orçamental, sobretudo na redução das despesas do Estado e nos sucessivos cortes nos apoios sociais, como já referido.

<sup>2</sup> Muñoz e Madroño complementam esta questão da mão-de-obra flexível: “são as mulheres as que fornecem o maior grau de flexibilidade na economia informal na sua interação com a formal” (2011, p. 117).

<sup>3</sup> Documento organizado pela UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) e apresentado no I Encontro Nacional da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã “As crises não pagam dívidas”, em 2013.

vulnerabiliza, subordina, oprime e impede o acesso à cidadania ativa e plena. (RCFAA, 2013, pp. 5-6)

Assim, a ausência de políticas públicas que convirjam para a igualdade de género passa a ser determinante para o agravamento da crise social, sobretudo em anos de austeridade. Tais políticas, conforme ilustra Rubery (2014, p. 32), “são idealizadas para encorajar as mulheres ou a abandonar o mercado de trabalho ou a dedicarem-se a funções com vínculos laborais mais flexíveis e com baixos salários”.

E não só. A desigualdade de género no *status* do trabalho revela-se um outro aspecto preocupante na autonomia económica e financeira das mulheres, sobretudo em momentos de austeridade. Isso decorre fundamentalmente do fato de que tanto o discurso político dominante como as práticas empresariais continuarem a se ancorar e a perpetuar a ideia ontologicamente construída de que as mulheres estariam mais aptas a desenvolver determinados trabalhos e/ou funções, como as atividades do cuidar e as que contemplem a educação, e como não poderia deixar de ser, o doméstico. Essa construção social da diferença cria assimetrias e impactos profundos no quotidiano laboral das mulheres. O não reconhecimento também no mercado de trabalho e a distribuição assimétrica de salários, bem como os baixos índices de qualificação profissional das mulheres, são alguns dos impactos a serem assinalados. O que acaba por contribuir ainda mais para a consolidação do entendimento obtuso em torno da bipolaridade dos papéis de género.

Para além desta assimetria, verifica-se uma outra tendência que se acentuou com a crise, sobretudo por meio da necessidade de se diversificar as fontes salariais no seio familiar: a feminização das profissões ou a segregação ocupacional de género. Ou seja, há cada vez mais mulheres a exercer funções de carácter feminizado que contribuem para a consolidação dos papéis de género, como os de serviços, o educacional e os de cuidar. De acordo com dados de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), as mulheres estão sobre-representadas nos serviços sociais e pessoais em 71%.

A taxa de feminização do trabalho pode ser também um outro indicativo importante ao se analisar as dinâmicas laborais e as relações de género. Ao partirmos do pressuposto de que a arquitetura macroeconómica seja genderizada em suas bases fundacionais e, com isso, interfira profundamente nas relações de género, a flexibilidade de emprego recai “fundamentalmente sobre a força de trabalho feminina” (Casaca, 2012, p. 25). Este fenómeno acaba por ampliar ainda mais o fosso de assimetria nas relações laborais e de género, consolidando tanto as “representações sociais tradicionais como a própria assimetria na divisão do trabalho não-remunerado” (Casaca, 2012, p. 33). Portanto, quanto maior a assimetria de género na flexibilidade laboral, maior a taxa de feminização do trabalho (e a tempo parcial). Importa frisar, ainda de acordo com o INE, que 61,4% da força de trabalho dos/as portugueses/as está no sector de serviços. Assim, se a tendência de flexibilização do trabalho está mais presente neste sector, maioritariamente composto por mulheres, a probabilidade delas estarem mais sujeitas a relações laborais mais precárias e vulneráveis é maior quando comparada à dos homens.

Logo, a vulnerabilidade laboral<sup>4</sup> de uma economia também está relacionada à aplicação ou não de políticas públicas que contemplem as relações de género na sociedade como um todo. Isso porque as “políticas ativas de emprego conferem níveis superiores de proteção aos indivíduos envolvidos” (Casaca, 2012, p. 28) e permitem as/os suas/seus trabalhadoras/es estarem contempladas/os por benefícios sociais e fiscais protecionistas, evitando, assim, a precariedade. Em sentido oposto estão as políticas neoliberais de flexibilização das relações laborais, onde o regime de trabalho a tempo parcial passa a ser uma condicionante. São trabalhos numericamente flexíveis, porém intensivos, que facilitam o seu ajustamento a partir da demanda (Rubery, 2014)<sup>5</sup>. Ou seja: a facilitação do despedimento.

A precarização e a perda dos postos de trabalho também apresentam uma acentuada assimetria de género durante uma altura de contração económica. Como apontado por Jill Rubery (2014), Maria Karamessini (2014) e Virgínia Ferreira (2014), devido às diferenças de género na arquitetura económica, o grau de vulnerabilidade/impacto num contexto de forte ruptura económica é sentido de forma distinta pelos grupos sociais. Logo, há setores que são mais atingidos do que outros durante as fases de uma recessão económica. As autoras registam que o impacto inicial de uma crise é sentido, por via de regra, na força de trabalho dominante, portanto, na dos homens. E somente depois (e muitas vezes de forma mais severa) é que os efeitos são diluídos em outros grupos. Assim, setores como a manufatura, em particular a indústria automobilística e a construção civil, dois setores maioritariamente masculinos, sofreram os principais impactos na primeira fase da crise no contexto português. Já a força de trabalho feminina sentiu as repercussões diretas, tanto da crise como das políticas de governação, somente a partir de 2010, período em que denominam de “segunda fase da crise”. Foi então que setores como o têxtil, o calçadista e o ceramista sucumbiram à recessão económica.

Tais evidências fortalecem muitas das críticas feministas<sup>6</sup> em torno da arquitetura macroeconómica tal como hoje se encontra organizada. Ao deslocar as mulheres — e também outras minorias — do centro das prioridades económicas e priorizar o livre-mercado, o modelo neoliberal, patriarcal em sua essência, acaba por reforçar as normas pré-existentes de género (Floro & Dymiski, 2000). Um exemplo é o fato de a perda de emprego não se revelar uniforme, pois, como revela Ferreira (2014, p. 213), os homens continuam a perder postos de trabalho assalariado<sup>7</sup> e as mulheres empregos

<sup>4</sup> Tal vulnerabilidade é resultante, sobretudo, de um processo de liberalização da economia onde a flexibilização das relações laborais visa a diminuição dos custos no quadro de trabalhadores/as, mas, principalmente, onde os/as trabalhadores/as passam a ser regulados/as a partir da gestão destes custos e a partir da demanda do mercado

<sup>5</sup> A nomenclatura comumente empregada para este tipo de trabalho, nos Estados Unidos, passou a ser *buffer jobs* (Rubery, 2014).

<sup>6</sup> Muitas das propostas da economia feminista, particularmente pelo enfoque dado à dimensão de género nas crises económicas nas últimas décadas, revelam-se úteis na tentativa de conferir uma maior visibilidade à relação “desenvolvimento económico e desigualdade social” no quotidiano das mulheres, paradigma este que, como tem-se vindo aqui a defender, as desfavorece.

<sup>7</sup> Como confirmaremos mais adiante na análise de Madroño e Muñoz (2011), os homens retomam as suas atividades, num estágio de recuperação económica, muito mais facilmente do que as mulheres. Enquanto que as mulheres sofrem com repercussões muito mais sérias, como a perda de empregos com relações laborais mais precárias, como no caso do trabalho por conta própria e empregada doméstica.



mal-remunerados e pouco qualificados: “Considerando que os homens perderam mais empregos como empregados assalariados, as mulheres, em contrapartida, perderam mais empregos como trabalhadoras independentes, como trabalhadoras familiares não-remuneradas e como empregadoras (duas vezes mais que os homens)”. Sara Falcão Casaca (2012, p. 16) complementa esta questão do reforço das normas pré-existentes de género também pela via das relações laborais ao elencar algumas das razões que levam a esse processo, ocorrendo, portanto pela:

[...] diferenciação entre, por um lado, um grupo que usufrui de segurança de emprego e de oportunidades de desenvolvimento profissional e, por outro, um segmento periférico que inclui aquelas/es que se encontram a trabalhar a tempo parcial ou que têm um contrato de prestação de serviços, que prestam atividade por intermédio de empresas de subcontratação (inclusive empresas de trabalho temporário ou que têm um contrato de duração limitada). (Casaca, 2012, p. 16)

Algumas componentes sociais, como a flexibilidade dos vínculos e das relações laborais, resultantes do paradigma neoliberal de liberalização do mercado, no seguimento da implementação das políticas de ajuste fiscal, trazem implicações ainda mais severas para a população feminina. A precarização das condições de trabalho e dos direitos sociais são algumas a assinalar, pois ampliam a fragilização da cidadania e a neutralização da resistência dos sujeitos. Nestes termos, importa aqui também refletir sobre como esta conjuntura de recessão financeira coloca em causa a emancipação e a representação das mulheres também na esfera pública, bem como a sua representatividade no processo democrático.

## **2. A OFENSIVA IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO E DOS MEDIA NO REFORÇO DA DIVISÃO GENDERIZADA DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO**

Parte desse processo deve-se ao fato de as correntes liberais da economia de mercado trabalharem para a implementação de políticas sócio-laborais nas quais as mulheres não são contempladas como sujeito ativo (Fraser, 2009) — sendo assim, as vozes emancipatórias/contestárias são silenciadas. Assim, como elucida Virgínia Ferreira, todo este processo tem repercussões diretas na autonomia económica e financeira das mulheres, mas, principalmente, no que ela denomina de “dimensão tripla” (*triple dimensions*) da autonomia: o individual, o social e o político (2014, p. 224).

Muito embora as economias neoliberais tenham vindo a implementar políticas públicas que visam contemplar mais simetricamente homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho e aos benefícios e direitos sociais, como, por exemplo, a licença-paternidade, há ideias e procedimentos de cariz patriarcal implícitos no *modus operandi* que ainda obstruem a emancipação das mulheres em todas as esferas. Tais procedimentos, como as assimetrias no *status* profissional e a desigualdade salarial, actuam de forma ambígua e devem ser sensibilizados e desocultados. Como explica Ferreira,

de um lado está o Estado, que trata “igualmente homens e mulheres como produtores/as e cuidadores/as, mas não cria os meios essenciais que lhes permitam desempenhar ambas as funções de forma adequada” (2014, p. 211). De outro, o mercado que ainda (re)produz a ideologia do “homem provedor, discriminando as mulheres em geral e as mulheres com responsabilidades familiares em particular, bem como os homens que procuram partilhar responsabilidades familiares” (Ferreira, 2014, p. 211). Olhando apenas para o universo feminino, o que nos salta aos olhos é que há sempre uma ideia transversal nestas duas esferas de ambiguidade apontadas por Ferreira: a colagem cultural das mulheres à esfera da reprodução (e a ideia de que estão mais aptas a desenvolver o trabalho doméstico e as atividades do cuidar) ainda prevalece.

A retórica pós-feminista do consumo e da meritocracia também aqui se faz dialogar. O discurso institucional português tem-se focado à consagração do livre-mercado e à validade das medidas de austeridade, apresentando-as tanto como um processo natural e vantajoso para a recuperação económica como inevitável. Essa narrativa assertiva, parte de uma engrenagem que movimenta a indústria do consumo, apela para noções de conquista individual, pela via da meritocracia, desvinculadas das ações do Estado — noções que, por sua vez, são amplamente valorizadas pelo mercado neoliberal. A retórica da meritocracia acaba então por ocultar as obrigações inerentes ao Estado.

Nesta ofensiva ideológica, se fortalece o que Muñoz e Madroño chamam de “rede de segurança para os pobres” (2011, p. 121), ou como denomina Boaventura de Sousa Santos, a “sociedade-providência” (2011, p. 74). Esta, somada à economia informal, tornou-se um “modo específico de formação de rendimentos e em particular o peso dos rendimentos não-salariais nas famílias” (Santos, 2011, p. 74) face ao agravamento socioeconómico pós-*Troika*. Em Portugal, esta particularidade do modelo económico neoliberal tem sido cada vez mais concreta e recorrente, uma vez que o estado-providência, ineficiente e incapaz de subsidiar as despesas sociais, nomeadamente em tempos de crise, obriga os sujeitos a recorrer a políticas familiaristas e assistencialistas. O que nos permitiria trazer em evidência, portanto, que quanto mais precário e deficitário se apresentar o estado-providência, mais presente é a sociedade-providência. Novamente aqui a autonomia das mulheres é posta em causa, uma vez que o reforço do seu papel subsidiário da família, nos termos da sociedade-providência compromete a desvinculação da esfera doméstica, do trabalho não-remunerado e de áreas-chave da cidadania.

No caso concreto de Portugal, o que explica parte deste panorama, para além da crise<sup>8</sup> em si, é a própria diluição do estado social em função das medidas de ajuste e de cortes públicos adotadas durante o período de governação da *Troika* no país. Ao deixar de intervir na regulação económica, o Estado sobrecarrega a sociedade-providência, fragilizando, assim, uma das molas-propulsoras da economia de mercado, da sociedade e da base de rendimento familiar: as mulheres. Santos (2011, pp. 76-77) corrobora este argumento: “todos os cortes nas despesas sociais do Estado representam sobrecarga para a sociedade-providência e sobretudo para as mulheres, que são consabidamente as grandes artesãs da sociedade-providência”.

<sup>8</sup> A crise no mercado de trabalho e o conseqüente endividamento das famílias têm causado, em Portugal, um impacto direto no modelo de subsistência familiar, reconfigurando, por sua vez, todo cenário sócio laboral do país (Santos, 2011).



Nessas transformações sociopolíticas e económicas, que têm contribuído para a delimitação das posições-de-sujeito das mulheres, há outro nível de discussão que deve ser considerado: o do discurso institucional, particularmente o mediático. Virgínia Ferreira, no artigo “Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal”, de 2014, defende a ideia, da qual eu partilho, de que a narrativa jornalística busca, por meio da difusão de estratégias de “combate à crise”, incentivar as mulheres a retornarem à esfera doméstica, num nítido retrocesso às questões de género<sup>9</sup>. Em consonância com Ferreira no que se refere à tomada de posição dos *media* na interpretação e difusão da crise e de como este trabalho contribui para a construção de uma opinião pública autculpabilizada e sem voz de resistência, estão os argumentos de Diane Negra e Yvonne Tasker. As autoras, em pesquisa realizada nos Estados Unidos, são contundentes ao defenderem que a cultura mediática tendencialmente trabalha o jogo das representações para a manutenção do *status quo* — também no que se refere às normas de género.

No fundo, o que se constata é que a normatividade de género continua a ser construída e enquadrada nos termos patriarcais, nomeadamente no âmbito económico. A análise que Diane Negra e Yvonne Tasker (2004) fazem acerca dos textos mediáticos naturalizarem as desigualdades de género, especialmente em momentos de clivagem económica, dá-nos a ideia de como o processo de genderização dos discursos jornalísticos, em convergência com as noções pós-feministas de consumo, de cultura de massa e do binómio feminilidade e masculinidade, contribuem para uma representação social ainda obtusa e polarizada de género. Um exemplo são as publicações dirigidas ao público dito “feminino”, que interpretam a recessão financeira a partir de valores neoliberais e pós-feministas e com forte apelo ao consumo. Um ideário no qual as mulheres, por sua vez, não são colocadas como sujeitos no centro das decisões sociais e das prioridades económicas, mas sim enquanto consumidoras. Aqui, o discurso assertivo de liderança e de autonomia financeira — e também de liberdade sexual —, (re)produzido pelos *media*, é paradoxal ao de uma realidade de baixos salários, de precarização, de pobreza e de desemprego. Verifica-se, portanto, que as mudanças económicas continuam a seguir as convencionais normas de género, como confirmam Negra e Tasker:

O conjunto de mulheres a aumentar a assertividade legal, educacional e económica por um lado e a disponibilidade de mão de obra feminina barata do outro garantem que as mudanças económicas sejam repetidamente enquadradas em termos das normas de género. (Negra & Tasker, 2014, p. 15)

A desigualdade de género no *status* do trabalho da qual falávamos acima, que reforça o fosso salarial e as baixas qualificações das mulheres no mercado de trabalho, bem como a própria assimetria nas relações sociais de género, vêm também determinar, por meio dos *media*, a posição-de-sujeito das mulheres numa economia em crise: na esfera

<sup>9</sup> Alexandre Abreu et al. (2013, p. 9) aponta ao discurso institucional de autculpabilização dos portugueses, no qual lhes atribui um comportamento irresponsável a viver acima das suas possibilidades, um viés de omissão das reais razões que levaram a economia portuguesa ao patamar de crise.

privada, nomeadamente as que possuem baixa qualificação profissional. Isso se deve, em parte, à naturalização das desigualdades de género também (re)produzida pelos *media*. Mostrando-se sensível à questão, Ferreira argumenta que

[...] os media frequentemente optam por fontes que tenham uma certa preferência por mulheres que regressam ao lar. Tal procedimento induz à conclusão, por parte da opinião pública, de que, como o salário mal paga os cuidados infantis, o transporte e os impostos dessas mulheres, para poupar dinheiro, elas optaram por ficar em casa. (Ferreira, 2014, p. 224)

O argumento que propus no rescaldo do discurso mediático sobre a crise vem para sugerir que a relação entre as dinâmicas laborais que hoje são desenhadas no contexto português e a fragilização do exercício dos direitos sociais de cidadania é parte indissociável de um processo de construção de significados em que se determinam as posições-de-sujeito e categorizam as relações de poder. Neste processo, a imprensa, nomeadamente a dirigida ao público dito “feminino”, vem para consolidar tais construções sociais da diferença, com uma significativa desvantagem para as mulheres, num momento em que a realidade dos fatos se confirma pela profunda acentuação das desigualdades sociais entre as mulheres (Negra & Tasker, 2014).

Assim, as construções negativas que os *media* e o mercado operacionalizam com relação às mulheres tanto reflete uma acentuação da vulnerabilidade laboral no país como um *modus operandi* alheio às políticas de inclusão de género. Tais mecanismos, com fortes características neoliberais de protecionismo institucional e de exclusão sócio-laboral (Madroño & Muñoz, 2011), geram, por seu turno, um retrocesso significativo nas políticas de concertação social e, particularmente, no percurso de luta pela igualdade nas relações de género, inclusivamente no seio da construção das instituições sociais. Neste sentido, e considerando a profunda e histórica assimetria de género presente nas relações económicas, familiares e produtivas, a vulnerabilidade e a não participação das mulheres no espaço público acentuam-se.

Ao pensar sobre a presença das mulheres no modelo liberal de hoje, nesta perspectiva de impulsioná-las — e de representá-las num papel secundário — dentro e fora do mercado de trabalho em resposta às alterações económicas, tornar-se-á cada vez mais evidente como o processo de segregação no qual as mulheres estão historicamente inseridas pode ser o escopo para o entendimento das diferenças de género no impacto das alterações macroeconómicas. No fundo, importa observar esta segregação como mais um reforço das normas tradicionais e estanques de género de (de)limitar a posição-de-sujeito das mulheres. Mas, acima de tudo, observar como este novo *modus operandi* tem implicado uma profunda transformação das relações sociais de sexo/género, sobretudo em contextos de crise. Assim, é notório que a austeridade marginaliza a posição-de-sujeito das mulheres na sociedade, subordinando e oprimindo-as, “e pode provocar uma reação ideológica de retrocesso, favorecendo um retorno a papéis tradicionais de género” (Karamessini, 2014, p. 14).

## RECOMENDAÇÕES FINAIS

Neste âmbito, talvez seja útil para as novas dinâmicas laborais que se apresentam hoje num contexto de profunda recessão económico-financeira, difundirmos, de forma efetiva, o princípio da transversalidade de género, tanto na organização como na definição de políticas. Como sublinham Madroño e Muñoz (2011, p. 128) “a implementação e a execução de leis pressupõe que se aborde e que se combata de maneira eficaz a multidimensionalidade da discriminação de género”. Útil também seria a abertura para um processo de crítica contundente da evolução das relações de género no seio das instituições sociais (Rubery, 2014), sobretudo por meio dos *media*.

Tanto a austeridade como as atuais políticas públicas estão a reforçar os mesmos mecanismos falhados que impulsionaram a crise económica num primeiro momento (Karamessini & Rubery, 2014) e estão a representar um verdadeiro desafio para as políticas de igualdade de género. Isso porque a crise com que hoje muitas economias se confrontam tem sido um viés ideológico, especialmente por parte de setores da frente nacionalista e de direita, para o silenciamento do debate político em torno dessas questões, particularmente no que toca aos direitos das mulheres e de outros grupos ditos “minoritários”, como os/as imigrantes. Como confirmam Negra e Tasker, tal recessão representa uma oportunidade para “obscurecer ou deslegitimar, por parte das ‘feministas’ de direita, as preocupações de organizações de defesa dos direitos das mulheres em torno da igualdade de géneros” (2014, p. 22).

Neste sentido, ao se problematizar a precariedade nos termos da corrente austeridade, devemos ter em conta que há fatores negativos que decorrem fundamentalmente do próprio ideário neoliberal, gerador, por si só, de um profundo processo de desigualdade económica e social — agravando, assim, toda uma construção social historicamente baseada na diferença. Corroboram novamente para este argumento Madroño e Muñoz: “as políticas de igualdade, por mais desenhadas que estejam, não cabem em um modelo macroeconómico de políticas deflacionistas, tais como aquelas que estão sendo desenvolvidas na actualidade e que são geradoras da desigualdade” (2011, p. 128). São políticas de igualdade que conferem à austeridade, em constante expansão, a priorização de medidas que anulem os interesses em torno da evolução das relações de igualdade de género.

Ao longo dos três anos de cumprimento do programa de ajustamento económico e fiscal em Portugal, governo e *Troika* falharam ao não ter em conta as implicações que uma crise económico-financeira desta envergadura traria para a posição-de-sujeito de homens e de mulheres, numa economia essencialmente patriarcal, ortodoxa e sujeita aos desmandos neoliberais e eurocentristas. Logo, a meu ver, deve-se ter em conta, ao fim dos três anos de governação não-sufragada pela população (Abreu et al., 2013), políticas públicas que efetivamente contemplem as perspectivas de género. Sobretudo para que a economia portuguesa finalmente possa crescer com justiça social, contrariando a lógica dicotómica de dominação/subjugação que continua a definir as relações sociais.

**REFERÊNCIAS**

- Abreu, A. (2013). *A crise, a troika e as alternativas urgentes*. Lisboa: Tinta da China.
- Bento, A. (2013). *Relatório da Campanha Feminista Anti-Austeritária*. Documento organizado pela UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) e apresentado no I Encontro Nacional da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã “As crises não pagam dívidas”. Texto policopiado.
- Casaca, S. (2012). *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa: Almedina.
- Ferreira, V. (2014). Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 207-227), Nova York: Routledge.
- Floro, M. & Dymski, G. (2000). Financial crisis, gender and power: An analytical framework. *World Development*, 28 ( 7), 1269 – 1283.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, 14, (2), 11-33.
- Karamessini, M. (2014). Women’s vulnerability to recession and austerity: a different crisis, a different context. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 03-16), Nova York: Routledge.
- Muñoz, L. & Madroño, P. (2011). La desigualdade de género en las crisis económicas. *Investigaciones Feministas*, 2, 113-132.
- Negra, D. & Tasker, Y. (2014). *Gendering the recession: Media and culture in a Age of Austerity*. Londres: Duke University Press.
- Reinharz, S. (1992). Feminist content analysis. In S. Reinharz *Feminist Methods in Social Research* (pp. 145-163), Oxford: Oxford University Press.
- Rubery, J. (2014). From ‘women and recession’ to ‘women and austerity’: a framework for analysis. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 17-36), Nova York: Routledge.
- Santos, B. (2011). *Portugal: ensaio sobre a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

Juliana Mello Souza é licenciada em Ciências da Comunicação e Mestre em Jornalismo e Estudos Mediáticos/Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em *Linguagens e Heterodoxias: História, Poética e Práticas Sociais* (CES) e bolseira pela FCT no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/72415/2010.

E-mail: [jmellosouza@gmail.com](mailto:jmellosouza@gmail.com)

Universidade de Coimbra, CES Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

\* **Submetido: 16-02-2015**

\* **Aceite: 20-04-2015**